

GRUPOS DE ENCONTRO EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Maria Carolina Schmitz Rambo

Verena Augustin Hoch

Resumo

O presente artigo tem como objetivo explicar a partir de referenciais teóricos a realização de grupos de encontro com base na Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers, e relacioná-la à experiência de grupos com crianças e adolescentes em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Os grupos facilitados e estudados para esta pesquisa foram criados para a campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, nos quais os participantes foram crianças e adolescentes incluídos nos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do CRAS. Os grupos foram criados com assuntos a serem abordados já definidos, o que dificulta um dos pressupostos da abordagem, que é a não-diretividade. Desta forma, após apresentar o significado e surgimento de grupos de encontro na abordagem centrada na pessoa, bem como definir suas modalidades e processos, buscar-se-á compreender como se manifesta o movimento de facilitar o grupo seguindo a abordagem de Rogers, de acordo com as perspectivas e realidades descritas.

Palavras-chave: Grupos. Abordagem Centrada na Pessoa. CRAS.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem centrada na pessoa, de Carl Rogers, pode ser explicada como a crença de que a pessoa tem dentro de si uma tendência atualizante, e é capaz da autocompreensão. Esses recursos que a pessoa possui podem ser desencadeados com um clima onde as atitudes

psicológicas são facilitadas, e três condições são importantes para a criação desse clima. A primeira é definida como autenticidade ou congruência, significando que “quanto mais o terapeuta for ele mesmo na relação com o outro, quanto mais puder remover as barreiras profissionais ou pessoais, maior a probabilidade de que o cliente mude e cresça de um modo construtivo” (ROGERS, 2007, p. 38).

A segunda atitude é a aceitação ou consideração, expressando a atitude do terapeuta em relação à pessoa: o indivíduo é aceito no que ele é e sente, sendo permitido a ele ser quem realmente é, e dessa forma, as chances de as mudanças e o movimento terapêutico acontecer é maior com a presença desta aceitação (ROGERS, 2007, p. 39). A terceira e última atitude importante para a criação do clima propício é a compreensão empática, quando o terapeuta “capta com precisão os sentimentos e significados pessoais do que o cliente está vivendo e comunica essa compreensão ao cliente” (ROGERS, 2007, p. 39).

Ao trabalhar grupo na abordagem centrada na pessoa, seus pressupostos são os mesmo citados acima: acredita-se nas potencialidades individuais e coletivas dos participantes, e a partir de uma compreensão empática surge o movimento no grupo, e mudanças podem ser observadas. O primeiro grupo desta abordagem foi realizado em 1947, e desde então várias mudanças ocorreram na forma que estes grupos são facilitados, passando por fases. Segundo Rogers, “a terapia de grupo centrada na pessoa reconhece não uma teoria, mas a e pessoa humana interior, única, subjetiva, como o digno e válido núcleo da vida humana” (ROGERS, 1983, p. 47).

Portanto, será exposto e definido o surgimento dos grupos de encontro de Rogers, bem como seus pressupostos essenciais e o papel do facilitador do grupo. Depois disso, será relacionrelacionada uma experiência com grupos em um Centro de Referência de Assistência Social com os grupos de encontro da abordagem centrada na pessoa, realizados pela estagiária concluinte do curso de Psicologia. Os grupos que serão relacionados com a abordagem são três, e foram criados para a campanha contra o Abuso e

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sendo compostos por crianças e adolescentes usuárias do SCFV do CRAS.

2 DESENVOLVIMENTO

A abordagem centrada na pessoa acredita que, para realizar grupos de encontro, é necessário que ele seja facilitado, e não dirigido. O próprio grupo tem potencialidade para reconhecer os seus elementos não saudáveis, eliminando o que não faz bem, ou então centrar-se neles. Cada grupo se desenvolve de forma única, e o facilitador deve confiar no seu grupo e no processo dele, não definindo o caminho, mas sim facilitando para que seja possível o desenvolvimento das potencialidades das pessoas, sem objetivos direcionados e definidos, com a possibilidade de que o próprio grupo decida a direção para qual necessita seguir (ROGERS, 2002, p. 25-23).

De acordo com Rogers, os estudos de grupo iniciaram com Kurt Lewin, em 1947, que após falecer foram seguidos pelos seus alunos. Os primeiros grupos foram denominados T-group, significando "treino", os quais ensinavam as pessoas a "observar a natureza das suas interações recíprocas e do processo de grupo". A partir destes treinos, acreditavam que os participantes compreenderiam a própria maneira de trabalhar em grupo, e como afetam os demais. Nestes primeiros grupos de treino foram claras as experiências profundas vivenciadas pelos participantes através da relação de confiança que estabeleciam com o grupo (ROGERS, 2002, p. 3-4).

Porém, na próxima fase do movimento de grupos, logo após a segunda guerra mundial, Rogers e seus colaboradores foram convidados a realizar grupos com os conselheiros pessoais para a Administração dos Veteranos, e perceberam que treinos intensivos não iriam prepará-los para as diversas experiências de grupo, mas sim a compreensão de si mesmo. Portanto, ao invés de treinos, reuniam-se por longas horas para tornarem-se conscientes de suas atitudes e sobre si próprios, tendo como alicerce para a criação de grupos de encontro não só o pensamento lewiniano, mas também a abordagem centrada na pessoa (ROGERS, 2002, p. 4).

A Abordagem Centrada na Pessoa, ao tratar de grupos, acredita que ele deve ser livre para se autoguiar, buscando sempre a autonomia, e acreditando nas potencialidades de seus indivíduos. Portanto, nesta abordagem, grupos não são definidos de forma taxativa, e nem são criados com horários e encontros pré-definidos pelo facilitador, mas sim em consenso com todos os participantes do grupo, acreditando na igualdade que há entre as pessoas presentes (COPPE, 2001, p. 32-33). Sendo assim, Rogers definiu modalidades de grupo e um processo grupal.

Rogers define 10 modalidades de grupos, que serão explicados a partir de trechos retirados do livro Grupos de Encontro (ROGERS, 2002, p. 5-6):

- T-groups (grupos-T): “criados para acentuar as capacidades de relações humanas, porém tornou-se de perspectivas muito mais vastas”.
- Grupo de encontro: acentua o “crescimento pessoal e o desenvolvimento e aperfeiçoamento da comunicação e relações interpessoais, através de um processo experiencial”.
- Sensitivity training group (grupo de treino de sensibilidade): se assemelha aos T-groups ou grupos de encontro.
- Task oriented group (grupo centrado na tarefa): “centra-se na tarefa de grupo e no seu contexto interpessoal”.
- Sensory awareness groups, body awareness groups, body movement groups (grupos de percepção sensorial, grupos de percepção sensorial, grupos de movimento corporal): “tendem a acentuar a percepção física e a expressão, através do movimento, dança espontânea e outras formas semelhantes”.
- Creativity workshops (grupos de criatividade): “constituído pela expressão criadora, através dos vários meios da arte, sendo o objetivo a espontaneidade individual e a liberdade de expressão”.
- Organizational development group (grupo de desenvolvimento da organização): tem como objetivo principal “desenvolver a capacidade de liderança”.

- Team building group (grupo de formação de equipe): “usado na indústria para desenvolver maiores laços de união e equipes de trabalho eficazes”.
- Gestalt group (grupo gestáltico): “terapeuta experiente se centra num indivíduo de cada vez, porém sob um ponto de vista diagnóstico e terapêutico”.
- Grupo synanon ou game: usado para o tratamento de drogados, “tende a utilizar um ataque quase violento às defesas dos participantes”.

Apesar das diferenças descritas, podem ser encontradas linhas comuns entre as modalidades de grupo. Na maioria das vezes os grupos são pequenos, e não tem objetivo e assuntos definidos, ofertando a decisão de escolher quais direções quer seguir. A atitude do facilitador também deve ser a mesma em qualquer grupo que for facilitar, oferecendo um clima favorável e terapêutico, no qual as pessoas se sintam seguras. Contudo, todo grupo vai passar por processos, pois para obter a confiança desejada e esperada, é necessário criar um vínculo, que pode demandar tempo (ROGERS, 2002, p. 8-9).

A partir de sua experiência pessoal com grupos, e através de observações realizadas, Rogers definiu e explicou 15 processos por quais os grupos por ele facilitados passaram. A primeira forma de processo descrita é a “fase de hesitação, de andar à volta”, na qual os indivíduos se frustram e ficam confusos ao serem noticiados que terão a liberdade para dirigir o grupo, e momentos de silêncio marcam esta fase. Isto acaba quando percebem que terão que organizar uma estrutura, e algum participante toma a frente para sugerir uma ação. A segunda fase é a “resistência à expressão ou exploração pessoal”, onde ainda há hesitação e dificuldade em confiar nos demais, e por isso, a tendência é que os membros mostrem apenas seu eu exterior (ROGERS, 2002, p. 19-20).

Na fase seguinte, denominada “descrição de sentimentos passados”, os membros tendem a descrever sentimentos que situam no passado, mesmo que frequentes neles. Porém, sentimentos começam a ser descritos, mas ainda com medo de confiar no grupo. A quarta fase é a “expressão de

sentimentos negativos", que é a primeira vez em que vão expressar sentimentos do aqui e agora, e que são, na maioria das vezes, sentimentos negativos aos demais membros ou ao líder. A próxima fase é "expressão e exploração de material com significado pessoal", que acontece após toda a confusão inicial e sentimentos negativos expressos, quando o indivíduo percebe que o grupo é seu e faz parte do desenvolvimento do mesmo (ROGERS, 2002, p. 22-24).

A sexta fase é a "expressão de sentimentos interpessoais imediatos no grupo", que são os sentimentos experienciados naquele momento por um membro pelo outro, sendo possíveis somente com a confiança. Em seguida há a fase do "desenvolvimento de uma capacidade terapêutica no grupo", possível de ser observado quando os membros auxiliam algum outro para reconhecer seus sentimentos, buscando ajudá-lo. É a ajuda terapêutica mútua entre os membros do grupo. A próxima fase é denominada "aceitação do eu e o começo da mudança", compreendida como o momento em que a pessoa se aceita, e após essa aceitação é que as mudanças começam ((ROGERS, 2002, p.25-31.

A fase seguinte é "o estalar das fachadas", que acontece quando – após as mudanças já descritas – o grupo cobra que todos participem da experiência de se conhecer, visto que até o momento permaneceram com o que o autor definiu como suas máscaras. Em seguida há o momento definido como "o indivíduo é objeto de reação por parte dos outros", que é quando os indivíduos expressam o que sentem e percebem uns sobre os outros, o que é de grande valia para o grupo, pois auxilia na autocompreensão de cada um. Muitas vezes estas trocas entre os indivíduos não acontecem de forma compreensível, causando o que é definido como "confrontação", que é a décima primeira fase (ROGERS, 2002, p.31-37).

Nos grupos facilitados por Rogers, ele percebeu a forma como os indivíduos se ajudaram mesmo fora do grupo – em corredores, madrugadas, entre outros –, o que ele definiu como "relações de ajuda fora das sessões de grupo". Essas ajudas observadas entre o grupo também são explicadas na próxima fase, "o encontro básico", que diz respeito às relações que

surgem através do grupo, relações estas não vivenciadas normalmente no dia a dia. Com esta compreensão dos sentimentos que ocorre nos grupos, surge a intimidade, pois os sentimentos foram expressos, e este acontecimento é a fase de “expressão de sentimentos positivos e intimidade”. A última fase, “mudanças de comportamento no grupo”, é quando os participantes relatam as mudanças que observaram em si, que são as mais diversas (ROGERS, 2002, p. 37-43).

Segundo Rogers, para facilitar um grupo são necessárias algumas atitudes para que suas potencialidades sejam desenvolvidas – tanto dos membros quanto do facilitador. Um grupo reconhece seu caminho, e, o autor diz que “um grupo, para mim, é semelhante a um organismo, possuindo o sentido da sua própria direção, ainda que não possa definir intelectualmente essa direção” (ROGERS, 2002, p. 52). Sendo assim, por meio desta crença e definição de grupo, Rogers definiu algumas atitudes que são necessárias que um facilitador tenha, embasado em suas experiências enquanto facilitador.

Inicia explicando e exemplificando a importância da função de criar um ambiente “psicologicamente seguro para o indivíduo”, e demonstra que indiferente do que ele deseja dizer, haverá ao menos alguém no grupo que o respeitará e ouvirá o que ele quer expressar. Para isto, reforça a importância de aceitar o grupo da forma que ele é ao acreditar que ele está onde precisa estar sem a necessidade de forçar para que sentimentos sejam expressos, pois, na medida em que for necessário, essa expressão acontecerá da forma que o grupo quiser (ROGERS, 2002, p. 55-58).

Após relatar sobre a aceitação do grupo, também dá importância à aceitação do indivíduo, deixando-o livre para se entregar a experiência de grupo ou não. Mesmo que o grupo não permita que o participante não se comprometa, o facilitador permitirá, pois o silêncio (desde que não seja sofrimento inexpressivo) é aceitável. Dessa forma, para que ocorra a aceitação, é preciso ter a atitude de compreensão empática, de compreender o real significado do que está sendo comunicado. Através dessa atitude, Rogers cita que elucida a mensagem comunicada,

facilitando a compreensão para o restante do grupo também (ROGERS, 2002, p. 59-61).

Para que ocorra esta compreensão empática, Rogers frisa a importância de atuar de acordo com o que sente, pois vai exprimir para a pessoa o que ele sentiu da experiência por ela vivenciada. Ao agir de acordo com o que sente, confrontar e dar o feedback para a pessoa, torna-se mais compreensível para o indivíduo, pois ao transmitir seu sentimento, estará disposto a ouvi-lo, o que facilita este processo. Outro aspecto importante é que o grupo percebe quando o facilitador está aflito ou com algum problema, portanto, é importante e pode auxiliar o grupo se o facilitador expressar suas angústias, e se ele não falar sobre como se sente, não será capaz de ouvir tão bem. Também pode ajudar o grupo a ser mais expressivo (ROGERS, 2002, p. 61-66).

O autor também fala que se deve evitar planejar e fazer exercícios, bem como evitar comentários interpretativos ou do processo. Ele diz que é possível delinear uma ação a um grupo, mas o que acontece com isso depende deles, pois acredita na espontaneidade. Já os comentários interpretativos são evitados, pois os mesmos podem sugerir aos participantes que estão sendo observados, limitando a espontaneidade, considerada tão importante. Estas formas de atuar em um grupo vêm ao encontro da crença de Rogers nas potencialidades do grupo. Ele acredita que os participantes podem se ajudar, e essa ajuda é tão terapêutica – ou mais – do que a forma que o facilitador atua (ROGERS, 2002, p. 66-68).

O presente artigo surgiu a partir de grupos de encontro realizados em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, por uma estagiária concluinte do curso de Psicologia. Conceitos e atitudes definidos por Rogers na Abordagem Centrada na Pessoa – ACP são observados nas políticas públicas, mais especificamente nos CRAS. O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP (2007, p.12) explica a atuação do CRAS da seguinte forma:

"O CRAS tem como objetivo o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral. O foco da atuação do CRAS é a

prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades. Nossa atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. A atuação do psicólogo no CRAS tem foco na prevenção e “promoção de vida”, mas isto não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades.”

Com base na citação do CREPOP, alguns conceitos essenciais definidos pelo criador da ACP, Carl Rogers, podem ser observados. Primeiramente, é importante reiterar o foco para o significado de potencialidade, palavra utilizada para objetivar o trabalho no CRAS, que se aproxima da abordagem estudada. Rogers acredita que todas as pessoas têm uma tendência atualizante, ou seja, buscam ações positivas para seu desenvolvimento enquanto pessoa, para atualizar as suas potencialidades (SANTOS, 2004, p. 20), o que vai ao encontro do que é definido como objetivo do CRAS, de buscar “potencializar o território” e “priorizar as potencialidades”, bem como valorizar os “aspectos saudáveis”.

O CRAS também tem como finalidade atender famílias em situações de vulnerabilidade, e buscar a autonomia das mesmas, e o psicólogo “[...] torna-se um agente potencializador e facilitador do processo de construção de autonomia e protagonismo das famílias atendidas no CRAS” (DENTZ, 2013, p. 2). A abordagem centrada na pessoa também busca a autonomia de seus clientes, através da não-diretividade. Através da não-diretividade o psicólogo dá a possibilidade para que a pessoa busque sua própria direção, responsabilizando-o pelo processo, estimulando assim a sua autonomia (SANTOS, 2004, p. 21).

Outra prerrogativa do trabalho do psicólogo no CRAS inclui o acolhimento, promovendo momentos em que o usuário do serviço seja aceito como pessoa, sendo empático com o indivíduo a quem está sendo ofertada a escuta (DENTZ, 2013, p. 4). Isso também expressa concordância com conceitos chaves da abordagem, que são compreensão empática e olhar positivo incondicional. A compreensão empática diz respeito à capacidade de tomar consciência dos sentimentos experienciados pela

pessoa, e o olhar positivo incondicional se resume em aceitar o outro, respeitando o que é revelado e expressado (SANTOS, 2004, p. 22).

Enfim, da mesma forma que a abordagem centrada na pessoa busca a autonomia, tratando o cliente como alguém com potencial para atualizar-se e evoluir enquanto pessoa, o CRAS também tem como finalidade estas mesmas características. Através de um ambiente facilitador, a pessoa – que na maioria das vezes encontra-se em vulnerabilidade – é acolhida e aceita da forma que ela é, e através da compreensão e empatia, este usuário é capaz de ressignificar suas angústias e experiências, facilitando o “reconhecimento por parte dos usuários de sua responsabilidade para com suas histórias proporcionando o desenvolvimento da autonomia e protagonismo” (DENTZ, 2013, p. 5).

Durante a realização do meu estágio no Centro de Referência de Assistência Social do município de Itapiranga-SC, uma das atividades desenvolvidas foram grupos com crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Estes grupos aconteceram no mês de maio, com o intuito de abordar a campanha contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e tiveram duração entre 30 e 40 minutos, pois após isto ocorriam as oficinas. Considerando esse contexto, me apoiei na abordagem centrada na pessoa para atuar como facilitadora do grupo, e algumas questões dificultaram o andamento – diante da perspectiva da abordagem utilizada – enquanto outras facilitaram.

Foram três diferentes grupos, dentre os quais dois eram compostos apenas por crianças, entre aproximadamente seis e dez anos de idade, e no terceiro grupo os participantes eram adolescentes entre doze e quinze anos de idade. Sendo assim, senti necessidade de facilitar o grupo através de formas diferentes. Por exemplo, com os grupos das crianças utilizei a ludoterapia, através da contação de história sobre o tema proposto e posterior brincadeiras também sobre o tema. Outra forma lúdica utilizada foi pintura, na qual possibilitei que cada criança desenhasse o que quisesse.

Já com o grupo dos adolescentes, através de um diálogo inicial, busquei conhecer cada um deles e descobrir quais atividades eles gostariam de fazer neste momento, sempre frisando o assunto central para qual o grupo foi criado. Desta forma, permiti que os mesmos participassem da criação das atividades, mesmo que de forma sutil, pois os senti tímidos para darem sugestões de atividades. Abordamos o assunto corpo, e também assistimos a um filme sobre o caso de uma menina abusada com posterior discussão do assunto. Cuidei para sempre ter o momento de escuta e diálogo após as atividades, para seguir os pressupostos da abordagem.

Como já citado no artigo, é importante que para facilitar um grupo não se tenha objetivo e temas definidos, portanto, já destaco uma dificuldade encontrada para realizá-los, visto que não tive a possibilidade de permitir que o grupo definisse o que gostaria de falar e abordar, pois o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes foi imposto pelo serviço. Portanto, busquei – juntamente com o grupo – refletir sobre o tema, e esta reflexão foi realizada através de alguma atividade proposta, sempre com posterior diálogo sobre o que foi realizado, no qual objetivei a abertura para que o grupo falasse o que sente necessidade, sem definir assunto.

Ao fazer uma análise relacionando as características que um facilitador necessita com a minha atuação enquanto facilitadora, afirmo que foi possível criar um ambiente psicologicamente seguro para o indivíduo, no qual tive o respeito e compreensão das demais funcionárias do serviço, que permitiram que eu realizasse todos os encontros sem interrupções, e respeitando o sigilo necessário. Também expliquei para os participantes sobre o sigilo, e busquei aceitá-los, estando sempre disponível para ouvir o que emergia a partir das brincadeiras ou atividades. Sendo assim, mesmo que o assunto que surgia não era sobre o abuso sexual (tema central), os demais participantes e eu sempre escutamos e acolhemos as necessidades deles.

Também aceitei que os indivíduos participassem ou não das atividades propostas, deixando-os livres para se entregarem ao tema abordado, se assim fosse a vontade deles. Rogers (2002, p. 79) cita que:

"Não me agrada quando um facilitador apresenta exercícios ou atividades por meio de declarações como esta: "Agora vamos todos –." Isto é simplesmente uma forma especial de manipulação e é muito difícil ao indivíduo resistir-lhe. Se são introduzidos exercícios, penso que qualquer membro devia ter a oportunidade, claramente afirmada pelo facilitador, de decidir não entrar na atividade."

Compreendo que, ao descrever suas experiências com grupos, Rogers cita que é melhor não planejar exercícios e atividades, pois acredita na espontaneidade. Porém, ao conversar com a orientadora de estágio, entendemos a necessidade de levar uma atividade inicial para cada encontro, visto que havia um tema central para o qual fui convidada a falar sobre. Sempre deixei explícito para os membros do grupo quais eram os motivos pelos quais estávamos nos encontrando, permitindo o diálogo entre eles, pois, segundo Rogers, "Se tem objetivos específicos é melhor explicitá-los" (ROGERS, 2002, p. 78).

3 CONCLUSÃO

Depois de explicitada a abordagem centrada na pessoa e a forma que a abordagem acredita no desenvolvimento de grupos, pode-se concluir que o papel do facilitador neste processo é essencial, visto que ele deve compreender e exprimir sentimentos e sensações vivenciadas. Os indivíduos do grupo têm potencialidades, que devem ser levadas em consideração no decorrer dos encontros, e expressos através da espontaneidade, capaz de ocorrer em um ambiente propício para isso. A partir da compreensão empática do facilitador, o grupo se autogua e segue seu próprio caminho, sem a necessidade de que o psicólogo tenha objetivos claros e específicos.

Com estas características permitidas pelo papel do facilitador, o grupo se desenvolve em um processo, definido por 15 momentos e com 10 diferentes modalidades de grupos existentes. No entanto, todos têm em comum as características que o facilitador deve expressar, e nenhuma destas modalidades devem ter grupos taxados e sem o foco nas

potencialidades das pessoas. Portanto, indiferente do local onde o grupo ocorre, o facilitador necessita ter as mesmas atitudes com os indivíduos. É importante ressaltar que o facilitador também faz parte do processo grupal, e se sentir necessidade, pode expressar seus problemas, com a finalidade de facilitar a expressão dos demais.

Ao trabalhar grupos dentro de um contexto de Assistência Social, surgem algumas dificuldades, e no caso do artigo apresentado, a principal dificuldade foi o fato de que o objetivo do grupo já estava definido, o que limitou a espontaneidade dos participantes, fator importante segundo o autor da abordagem. Neste artigo foi relatada uma experiência vivenciada com três grupos, onde são nítidas as diferenças individuais de cada grupo, do modo como cada um participou de forma singular no processo grupal.

Desta forma, pode-se concluir que apesar das dificuldades encontradas, houve uma participação dos indivíduos no desenvolvimento do grupo, permitindo-os que se expressassem mais do que em demais momentos observados pela estagiária, ressaltando a importância do papel do facilitador nessa expressão de sentimentos. Apesar de contar com algumas atividades definidas, sempre foi permitida a participação ou não, e sempre se teve um cuidado para que ocorresse um momento de escuta e acolhimento após o desenvolvimento das mesmas.

REFERÊNCIAS

CENTRO de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS, Brasília, 2007. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

COPPE, Antonio Angelo Favaro. A Vivência em Grupos de Encontro: um estudo fenomenológico de depoimentos, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<https://apacp.org.br/diversos/artigos/a-vivencia-em-grupos-de-encontro-um-estudo-fenomenologico-de-depoimentos/>>. Acesso em: 26 maio 2019.

DENTZ, Karin Kelly Massinhani Von; OLIVEIRA, Eva Lúcia da Costa. O Psicólogo no CRAS: uma nova experiência, Rev. Psicologia em Foco, v. 5, n. 5, 2013. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/viewFile/1103/1580>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROGERS, Carl et. al. Em Busca de Vida, Summus Editorial, São Paulo, 1983.

ROGERS, Carl. Grupos de Encontro, Ed. Martins Fontes, 8. ed., São Paulo, 2002

SANTOS, Cecília Borja. Abordagem Centrada na Pessoa – Relação Terapêutica e Processo de Mudança, Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca, 2004. Disponível em: <http://www.psilogos.com/Revista/Vol1N2/Indice2_ficheiros/Santos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Sobre o(s) autor(es)

Maria Carolina Schmitz Rambo, acadêmica do 10º período de Psicologia. E-mail: maaaria.12@hotmail.com

Verena Augustin Hoch, professora de psicologia, mestre em Psicologia. E-mail: verena.hoch@unoesc.edu.br